



COMUNICON2018
congresso **internacional**
comunicação e consumo

6º SIMPÓSIO INTERNACIONAL
7º ENCONTRO DE GTs DE PÓS-GRADUAÇÃO
3º ENCONTRO DE GTs DE GRADUAÇÃO

Vigilância, Modulação De Subjetividades e a Segurança Pública Da “Cidade Linda”¹

Gustavo Fernandes Americo Dainezi²

PPGCOM/ESPM

Resumo

Neste artigo, buscaremos realizar um percurso teórico a respeito das relações entre poder, tecnologia e subjetividade na sociedade contemporânea, a fim de aplicar os conceitos mapeados na análise de dois programas de vigilância urbana em processo de implantação na cidade de São Paulo. Buscaremos contextualizar a atuação do poder sobre as subjetividades no capitalismo tardio e as transformações nestas relações, comparativamente ao capitalismo industrial (da sociedade disciplinar à sociedade de controle). Posteriormente, analisaremos as tecnologias midiáticas atuais e as formas de modulação de subjetividades atinentes aos nossos objetos para, por fim, analisarmos os programas “City Câmeras São Paulo”, e “Guardiões da Cidade”, a partir do tripé de legitimação ‘visibilidades, segurança e eficácia’.

Palavras-chave: Comunicação e consumo; sociedade de controle; vigilância; modulação de subjetividades; Cidade Linda

1- Da disciplina ao controle

Para que possamos compreender as relações entre tecnologia, sociedade, política e subjetividade na cidade contemporânea é fundamental que tenhamos delineadas as principais transformações pelas

1 Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho Comunicação, Consumo e Institucionalidades do 7º Encontro de GTs de Pós-Graduação - Comunicon, realizado nos dias 10 e 11 de outubro de 2018.

2 Comunicador Social pela ECA/USP, mestrando do PPGCOM/ESPM, onde também membro do Grupo de Pesquisa em Ética, Comunicação e Consumo. Atua no mundo corporativo como consultor de ética, professor e palestrante pelo Espaço Ética. É membro do comitê de ética e pesquisa do Instituto APAE/SP



COMUNICON2018
congresso internacional
comunicação e consumo

6º SIMPÓSIO INTERNACIONAL
7º ENCONTRO DE GTS DE PÓS-GRADUAÇÃO
3º ENCONTRO DE GTS DE GRADUAÇÃO

quais ambos sociedade e capitalismo passaram ao longo dos séculos recentes. De um lado desta linha do tempo, o capitalismo industrial, modelador das metrópoles disciplinadas; do outro, o capitalismo tardio, marcado pela mercadorização ubíqua, novos regimes de visibilidade e vigilância ou, conforme Dufour (2005, p. 197), de um lado “o controle, o reforço e a repressão institucionais” e do outro “a desinstitucionalização”. Detalhemos.

O capitalismo industrial é fortemente marcado pela consagração de uma maneira muito específica de lidar com as subjetividades. Desde a revolução industrial, a cidade se abrirá à máquina e à indústria e seu ritmo será fortemente influenciado por elas. Abrigará, portanto, o funcionamento de fortes instituições e a aplicação de estritas disciplinas sobre corpos e mentes. Os espaços dessa urbanidade serão todos regrados e disciplinados. A cidade (sua parte pública) será marcada pelo fluxo: a passagem de um tipo de disciplina para outra. Como aponta Pelbart (2000, p. 24): “A sociedade disciplinar era constituída por instituições de confinamento, como a família, a escola, o hospital, a prisão, a fábrica, a caserna”. Para cada confinamento, uma disciplina. Deleuze (1992, p. 4) comenta: “The different internments or spaces of enclosure through which the individual passes are independent variables: each time one is supposed to start from zero, and although a common language for all these places exist, it is analogical”. Agindo separadamente, porém analogicamente em conjunção, a conformação social a partir das instituições tem objetivos claros, como afirma o autor (*Idem*, p. 3): “Foucault has brilliantly analyzed the ideal project of these environments of enclosure, particularly visible within the factory: to concentrate; to distribute in space; to order in time; to compose a productive force within the dimension of space-time”.

Neste sentido, podemos entender que há uma clara distinção entre dentro e fora, que ali a organização da conduta humana é delimitada pelo espaço no qual se exerce sobre ela em regramento específico. A disciplina é a marca do poder nesse espaço. A subjetividade que esta sociedade produz é rígida, regulamentada. Pelbart (2000, p. 24) a chama de “molde fixo”. Esta sociedade, no entanto, durante o século XX se transformou:

Depois da Segunda Guerra mundial, porém, as instituições de confinamento começaram a entrar em crise. Seus muros desmoronam (digamos, a família se pulveriza, a escola entra em colapso, o manicômio vira hospital-dia, a fábrica se atomiza) mas, paradoxalmente, sua lógica se generaliza. Ou seja, a lógica disciplinar que presidia as instituições disciplinares se espria por



COMUNICON2018
congresso internacional
comunicação e consumo

6º SIMPÓSIO INTERNACIONAL
7º ENCONTRO DE GTS DE PÓS-GRADUAÇÃO
3º ENCONTRO DE GTS DE GRADUAÇÃO

todo o campo social, prescindindo hoje do confinamento, e assume modalidades mais fluidas, flexíveis, tentaculares, informes e esparramadas. (*Ibid*)

As transformações que caracterizam a mudança da sociedade disciplinar para a sociedade de controle percorrem todo o espectro social. Desde novas possibilidades tecnológicas até novas teorias econômicas, abordadas mais adiante. Por enquanto, cabe-nos caracterizar a derrocada das instituições disciplinares. Deleuze pontua:

These institutions are finished, whatever the length of their expiration periods. It's only a matter of administering the last rites and of keeping people employed until the installation of the new forces knocking at the door. These are the societies of control, which are in the process of replacing the disciplinary societies. (DELEUZE, 1992, p. 4)

O processo disciplinar é paulatinamente substituído por novos mecanismos de interação que acompanham as mudanças econômicas do capitalismo, sendo a posição das mercadorias particularmente especial. Para Deleuze,

19th century capitalism is a capitalism of concentration, for production and for property. [...] But, in the present situation, capitalism is no longer involved in production, which it often relegated to the third world [...] it's a capitalism of higher-order production. [...] This is no longer a capitalism of for production but for the product, which is to say, for being sold or marketed. (*idem*, p. 6)

Fundamental para a nossa compreensão dos meios de comunicação é a transformação das formas de subjetivação das individualidades (grifo nosso):

“enclosures [as formas da sociedade disciplinar] are molds, distinct castings, but controls [as formas da sociedade de controle] are a **modulation**, like a self-deforming cast that will continuously change from one moment to the other or like a sieve whose mesh will transmute from point to point. (DELEUZE, 1992, p. 4).

A subjetividade na sociedade de controle é marcada, portanto, por **modulações**, que são mutáveis. Deleuze usa a metáfora da peneira cujas hastes são móveis, adaptáveis. Outra marca da modulação na sociedade de controle é a redistribuição do espaço, em comparação com a disciplina. Pelbart (2000, p.24) chama atenção para esta reconfiguração: trata-se da mudança a partir de um espaço estriado, “quadriculado e recortado pelas instituições” em um novo espaço aberto, sem fronteiras, “liso”. A nova sociedade, de controle, que substitui as instituições por ‘redes moduláveis’: a sociedade de controle aboliu também “essa dialética entre fechado e aberto, entre dentro e fora, pois aboliu a própria exterioridade, realização maior do capitalismo no seu estágio atual”. (PELBART, 2000, p.22). Desta maneira, o controle diferencia-se da disciplina nos seus dispositivos, nas suas formas e na sua



abrangência. O controle não está em um único lugar, nem em nenhum, mas ocupa todos os espaços em rede e se modula. Esta condição, no entanto, não é tanto uma revolução liberadora quanto é um aprimoramento da repressão. Pelbart (2000, p.21) comenta: “Maior fluidez e mobilidade, acompanhada de maior controle: sociedade de controle. A lógica que antes estava restrita à prisão abarca agora o campo social inteiro, como se a própria sociedade tivesse se tornado uma prisão”. Esta prisão não é mais física, mas simbólica, dado que não há nela nem demarcação, nem possibilidade de fuga geográfica. Deleuze (1992, p. 6) cunha uma célebre metáfora para a condição humana nesta nova configuração: “Man is no longer man enclosed, but man in debt”. O poder a partir da segunda metade do século XIX não mais se dedicará exclusivamente ao enclausuramento e ao controle da duração da vida ou imposição do sofrimento físico. O poder, portanto, “se dirigiu ao homem-espécie. Com a era dos biopoderes dá-se, portanto, a passagem do poder soberano sobre a vida e sobre a morte para o investimento na vida, a partir das regulações sobre o corpo individual e, posteriormente, sobre o corpo populacional.” (PRADO, 2012, p. 169)

1.1 - A empresa toma conta da vida

Agora que situamos a estrutura básica do controle em comparação com a disciplina, precisamos situá-la ideologicamente. A sociedade de controle terá também objetivos sociais definidos. Eles remeterão à ideologia neoliberal, que pressupõe a redução absoluta do Estado e de toda instituição, porque:

O exclusivo e único imperativo admissível é que as mercadorias circulem. De modo que toda a instituição, vindo interpor entre os indivíduos e as mercadorias suas referências culturais e morais, é doravante mal vinda. [...] É preciso não apenas ‘menos estado’, mas menos de tudo o que poderia entravar a circulação da mercadoria. (DUFOUR, 2005, p. 197)

Evidentemente, em se tratando de neoliberalismo, no centro do palco está a iniciativa privada³. Neste cenário, a reificação da mercadoria é absoluta. Trata-se de um sistema no qual a “Automação crescente, bem como a informática, conjuminam de um modo novo o homem e a máquina, e já não se trata de submeter o operário à máquina, mas de integrá-lo nela”. (PELBART, 2000, p.26). Não só o

³ “As companhias privadas hoje cumprem um papel fundamental na construção biopolítica de Corpos e Almas, desbancando a antiga primazia dos estados e suas ‘instituições de sequestro’.” (SIBILIA, 2003, p.168)



operário, mas todo o ser humano. A iniciativa privada precisa, portanto, reorganizar a subjetividade para que esta integração seja realizada com máxima eficiência. Como consequência desta conjuntura, precisa operar cotidianamente uma “dessimbolização” nos indivíduos (DUFOUR, 2005, p. 198). Desta maneira,

Tudo o que remete à esfera transcendente dos princípios e dos ideais, não sendo conversível em mercadorias e serviços, se vê doravante desacreditado. Os valores morais não têm valor mercadológico. Por não valerem nada, sua sobrevivência não se justifica mais no universo que se tornou integralmente mercantil. (DUFOUR, 2005, p. 200)

A modulação de subjetividades é uma necessidade do ‘novo espírito do capitalismo’ (*Ibid*), necessária para a devida integração das individualidades na sociedade de controle, que é mercantil, eletrônica e empresarial. Esta modulação começa com o ‘sujeito precário’ (*Idem*, p. 198) e termina com o ‘sujeito integrado’, depois de navegar pela imensa oferta de todos os princípios e valores estratégicos ao novo poder. Descreve Pelbart (2000, P. 2) “O capitalismo tardio [...] de fato tomou de assalto a subjetividade para investi-la numa escala nunca vista”.

2 – O vazio existencial e sua solução modulada

O sujeito desejado pelo neoliberalismo é o sujeito precário de Dufour, dessimbolizado pela sociedade que precisa abolir fronteiras e instituições. Não é mais submisso (à disciplina), mas é “dócil, precário, instável e aberto”⁴ (2005, p. 197).

É o sujeito subsumido de Pelbart, aquele cuja participação é necessária para o sucesso do sistema: “o sujeito não mais se submete às regras, mas ele as investe, como faz um investimento financeiro: ele quer fazer render seu corpo, seu sexo, sua comida” (2000, p. 27).

É, sobretudo, um sujeito que, para existir, precisa querer sair de um lugar e passar para outro, precisa manifestar-se ativamente, precisa agir para que sua incorporação na máquina aconteça efetivamente. Se, para Pelbart ele quer rentabilizar cada minúsculo aspecto da vida (e o fará através de

⁴ “[...] o novo capitalismo estava [na década de 60] descobrindo e impondo uma maneira muito menos constrangedora e menos onerosa de garantir a sua sorte: não mais continuar a reforçar a dominação segunda que produzia sujeitos submissos, mas quebrar as instituições e assim acabar com o tomar o encargo da dominação primeira de maneira a obter indivíduos dóceis, precários, instáveis, abertos. É assim que, hoje, as únicas coações justificáveis são as das trocas de mercadorias.” (DUFOUR, 2005, p. 197)



COMUNICON2018
congresso internacional
comunicação e consumo

6º SIMPÓSIO INTERNACIONAL
7º ENCONTRO DE GTS DE PÓS-GRADUAÇÃO
3º ENCONTRO DE GTS DE GRADUAÇÃO

relações de consumo⁵), para Rolnik, (1997, p. 21) é um sujeito no qual impera a necessidade de adaptabilidade identitária num mundo de constante desestabilização e obrigatória visibilidade. Os chamados vazios de sentido, insuportáveis, derivam da combinação entre “a desestabilização exacerbada de um lado, e de outro, a persistência da referência identitária, acenando com o perigo de se virar um nada, caso não se consiga produzir o perfil requerido para gravitar em alguma órbita do mercado” (*Ibid*).

Temos, portanto, posto que a modulação é uma atividade, um trabalho, ao mesmo tempo externo e interno, um conflito em constante reconfiguração, pois o mundo não tem mais formas fixas, não tem mais fronteiras e toda a estrutura subjetiva é modulável: “a formatação dos corpos e das subjetividades é um processo constante, uma batalha sem fim” (SIBILIA, 2003, p. 170). Esta batalha, no entanto, não tem nenhuma aparência bélica: dada a legitimidade e naturalidade que assumem os dispositivos de controle⁶, ao sujeito restará apenas seguir um caminho. Este, o do consumo, será oferecido de diversas maneiras, entre as quais nos caberá analisar as midiáticas. A ubiquidade dos meios de comunicação, almejada com afinco graças à mobilidade e à capacidade de processamento das tecnologias mais recentes, tornam este ecossistema um ator privilegiado nas estratégias de modulação e participação, tanto na esfera privada quanto na pública:

A onipresença dos meios de comunicação de massa como mediação necessária da realidade social, política, econômica, cultural nos habituou a uma forma de existência que é intimamente dependente da sua visibilidade midiática [...] esta esfera midiática já é parte do nosso cotidiano [...] penetrando em espaços tradicionalmente privados e afirmando-se como o médium por excelência que conecta o público e o privado. (BRUNO, 2013, p. 76)

Os meios de comunicação adotarão discursos, formas e estratégias que serão capazes de mobilizar pessoas aliando controle, consumo, prazer e visibilidade. Os regimes de vigilância contemporâneos envolvem “não somente procedimentos de controle, mas também circuitos de prazer e entretenimento” (BRUNO, 2013, p. 87). A incorporação do prazer como forma eficaz de modulação é uma das grandes descobertas do novo capitalismo: “Recentemente mostrou-se que a docilização de um corpo pode

⁵ “Produzir sujeitos consumidores, eis o interesse primordial do novo capitalismo.” (SIBILIA, 2003 p. 168)

⁶ Como nos explica Sibilialia (2003, pp. 167,168): “No novo capitalismo de pós-produção e marketing, mais ancorado no consumo e nos fluxos financeiros do que na produção propriamente industrial, os mecanismos de saber-poder entrelaçam-se intimamente com os dispositivos de fazer, ganhando a eficácia e legitimidade sócio-política”.



recorrer a tecnologias mais suaves, dispensando até mesmo a violência direta, física” (PELBART, 2000, p.3). Nenhum sofrimento é frequentemente a promessa de programas pré-fabricados de gestão existencial: “Na sociedade de controle, a biopolítica penetra nos dispositivos midiáticos não mais a partir de um ‘supereu’ repressor, mas de um ‘supereu’ que incita ao gozo” (SAFATLE, 2005, p; 19 apud PRADO, 2012, p.171).

Nesta análise, chamaremos atenção, primeiramente, à incorporação do sujeito no ambiente midiático, fundamental para a consolidação de novas práticas do olhar. É própria da ideologia neoliberal a responsabilidade pela própria sorte e a necessidade de sua visibilidade. A responsabilidade será elemento fundamental da nossa análise por se tratar de uma das mais potentes formas de mobilização das subjetividades, aplicada em profusão nos meios de comunicação. Comenta Bruno (2013, p. 80): “A presença do homem ordinário e sua vida privada nos ambientes comunicacionais efetua um jogo ambíguo que diz bastar existir para ter o direito de ser visto num mundo onde é preciso ser visto para existir”. O fracasso, a incapacidade de se tornar visível, neste modelo também serão culpa do sujeito: “Se não realizo o que desejo no mundo que anuncia ser quase tudo possível, a insuficiência é minha, o limite está em mim”. (*Idem*, p. 83)

Todo este contexto - que se esforçará para remover do espectro dos possíveis os valores que não interessem diretamente à circulação da mercadoria - se apoiará na construção de uma vida possível que pode ela também ser consumida e exposta. Esta vida é centrada na *performance*. João Freire filho, (2011) aponta para a absoluta presença da ideia de performance no cotidiano do século XXI. O autor nomeia a paixão que somos instigados a desenvolver: “auto superação compulsiva”. Um verdadeiro *thelos*⁷ existencial, “ainda que fiquemos com a impressão de contemplar o espetáculo de uma vida intensamente vazia” (ROLNIK, 1997, p.48). A compulsão deriva da angústia primordial da dessimbolização e o comportamento pode se confirmar como ‘toxicômano’:

Nos momentos em que perde toda e qualquer esperança de permanecer na mesma dobra, para manter assim mesmo sua ilusão, ele [o sujeito] toma algumas doses de “identidade *prêt-à-porter*” [...] são as miragens de personagens globalizados vencedores e Invencíveis, envoltos por uma aura de incansável glamour, que habitam as etéreas ondas sonoras e visuais da mídia [...] Obviamente ele nunca chega lá, já que é uma miragem. E quanto mais se frustra, mais corre

⁷ A palavra grega *thelos* corresponde, na filosofia, à finalidade da vida, à razão última de sua existência.



COMUNICON2018
congresso internacional
comunicação e consumo

6º SIMPÓSIO INTERNACIONAL
7º ENCONTRO DE GTS DE PÓS-GRADUAÇÃO
3º ENCONTRO DE GTS DE GRADUAÇÃO

atrás; e quanto mais desorientado, estressado, ansioso, perseguido, culpado, deprimido, em pânico, mais ele se droga. Um círculo vicioso infernal. (ROLNIK, 1997, p. 30)

Uma das principais estratégias midiáticas para realizar esta ‘ponte’ entre duas necessidades complementares será a ‘convocação’, conforme demonstrada por Prado (2013, loc. -92-96):

Onde você está hoje em termos da administração de sua vida [...] e aonde você quer chegar? Esse “lugar” almejado é construído a partir de serviços e produtos disponíveis no mercado. Trata-se de um lugar idealizado, projetado com base numa certa concepção da vida e do mundo desejado, do corpo próprio e dos sentidos de futuro disponibilizados a cada um pelo sistema de mercadorias.

Para o autor, cada necessidade social e individual encontrará sua convocação equivalente⁸, realizada pelos dispositivos midiáticos com o emprego de diversos artifícios retóricos e de visibilidade. A lógica da convocação é do chamado à ação para uma alternativa mercadológica capaz da supressão da falta: “se te falta isso, pega aquilo, aprende a usá-lo para resolver tua falta, goza com isso, sê pleno, se realiza” (*idem*, loc. 255). Haverá sempre, no campo das mercadorias, na lógica empresarial, uma solução para que se possa obter uma melhor performance na vida, uma vida mais plena, mais saudável, mais segura, que poderá ser devidamente publicizada como de sucesso.

As convocações visam apontar aos enunciatários de suas mensagens aquelas identidades *prêt-à-porter*, que Freire Filho (2003) nomeia “estilos de vida”. Estes são dispositivos que atuam em diversas frentes: são mecanismos de visibilidade do sujeito, de distinção social, organizadores simbólicos de mercadorias e modulações em nome de um projeto de felicidade e de performance, para suprir o vazio existencial:

Em linhas gerais, o estilo de vida reflete a sensibilidade (ou a atitude) revelada pelo indivíduo na escolha de certas mercadorias e certos padrões de consumo e na articulação desses recursos culturais como modo de expressão pessoal e distinção social. [os estilos de vida] organizam simbolicamente o número crescente de mercadorias disponíveis e reduzem a pluralidade das escolhas. Um estilo de vida envolve um conjunto de hábitos e orientações, e possui, conseqüentemente, uma certa unidade (importante para uma sensação constante de ‘segurança ontológica’) [...] Constituem, em resumo, uma forma por intermédio da qual o pluralismo da identidade pós-moderna é administrado pelos indivíduos e organizado (e explorado) pelo comércio”. (FREIRE FILHO, 2003, pp. 73-74)

⁸ Cada necessidade tem seus manuais e respectivas convocações, com seus enunciadores específicos instalados em dispositivos com contratos comunicacionais adequados. (PRADO, 2013, loc. 252-253)



O estilo de vida realiza com grande eficácia sua função. Sobretudo na medida em que retroalimenta os novos regimes de visibilidade aos quais os indivíduos estão submetidos na sociedade contemporânea. Estes regimes regulam a participação de enunciadores-enunciatários em um cenário tecnológico cada vez mais convidativo para tanto:

Este novo campo de visibilidade do indivíduo comum coincide não apenas com uma forma particular de espetáculo, como também com uma produção diferenciada de subjetividade [...] hoje parece estar se constituindo uma subjetividade exteriorizada, em que as esferas de cuidado e controle de si se fazem na exposição pública, no alcance do olhar, escrutínio ou conhecimento do outro. O decisivo aqui é compreender esta subjetividade que se modula como exterioridade, no movimento mesmo de se fazer visível ao outro. (BRUNO, 2013, pp. 67, 68)

A subjetividade modulada em regimes de visibilidade tais como os descrevemos será estimulada na sociedade contemporânea a compartilhar detalhes crescentes de suas vidas⁹, de seus estilos de vida, chamando atenção para novas questões, como as possibilidades de vigilância, como veremos a seguir.

3 – O sujeito vigilante-vigiado

É sob a égide das tecnologias de informação e na subjetividade exteriorizada que se configuram hoje os dispositivos de vigilância. Conforme analisa Bruno:

Na internet, ampliaram-se ainda mais as tecnologias do ver e do ser visto, tornando os indivíduos ao mesmo tempo mais sujeitos à vigilância e relativamente mais autônomos na produção de sua própria visibilidade, dado que neste caso a exposição desse não está sujeita à autorização e à intervenção de terceiros. (*Idem*, pp. 58,59)

As estéticas do ver e ser-visto não se resumirão, do ponto de vista político, aos circuitos de entretenimento que lhes deram origem, quer sejam os da mídia de massa, quer sejam os mais recentes, das redes sociais, ainda que mesmo neste registro já exercessem com eficácia sua função de controle e modulação. Tanto a mídia tradicional quanto, mais adiante, a política de segurança pública, adotarão em suas práticas a cultura da vigilância em uma cidade em que haverá sempre olhares atentos. Isto se dará, segundo Bruno (2013, p. 54), a partir da exploração da conjugação entre dispositivos de vigilância e visibilidade e de entretenimento e prazer, culminando em uma “estética da vigilância” da qual cidadãos poderão participar oferecendo pouca resistência (a rigor, um requisito do modelo): “as

⁹ Todos parecem concordar que detalhes cotidianos da vida privada, traços comportamentais e fluxos subjetivos como gostos, crenças, opiniões, nunca foram tão amplamente visíveis e deliberadamente publicizados. (BRUNO, 2013, p. 66)



dinâmicas da vigilância na internet estão hoje intimamente atreladas às formas de participação dos usuários” (BRUNO, 2013, p. 125). O modelo da estética da vigilância, tanto no âmbito privado como no público necessita deste esforço coletivo¹⁰, quer seja no polo passivo, da aceitação deste regime¹¹, quer seja no polo ativo, na “vigilância lateral”¹², ou nos simples usos das ferramentas de entretenimento associadas à coleta de dados, enquanto *producers*¹³.

No quesito “vigilância lateral”, a autora chama a atenção para sua a naturalização no ambiente urbano pela convocação midiática ao uso de imagens amadoras referentes a acontecimentos de relevância jornalística, em grande medida considerando que este tipo de produção se apresente como “mais real”, dado o seu caráter fortuito e a estética do flagrante que elas contêm. A autora pondera:

Além de capturar a atenção [da audiência] de um modo diferenciado, elas têm um efeito de vigilância na medida em que supõe - com maior ou menor intensidade - um observador oculto, que vê sem ser visto, traço emblemático do olhar vigilante. [...] em alguns casos, tal estética do flagrante pende para o policial ou o jornalístico, apresentando cenas de suposto interesse público em tom de denúncia e motivados por uma atitude ‘Cidadã’. (BRUNO, 2013, p.106)

Mas como também se tratam de modulações do prazer, “a estética do flagrante é carregada de uma libido do instante, cuja atenção recai sobre o inesperado e o incomum no fluxo mesmo da vida regular, ordinária e comum” (BRUNO, 2013, p.107). Não só a vigilância é tolerada, como é exaltada enquanto virtude cidadã e consumida enquanto entretenimento. Do ponto de vista da segurança pública, este será um componente fundamental, já que reforçará um ideal de transparência advindo da “reprivatização: desloca-se não apenas do setor público para o privado, mas também para o indivíduo” (*Idem*, p. 138).

¹⁰ Se é verdade que no domínio produtivo o capital penetra e mobiliza a subjetividade em escala crescente, e nesse sentido ele é invasivo numa medida jamais vista anteriormente, é preciso reconhecer, por outro lado, que ele precisa que essa subjetividade investida imobilizada funcione em rede, coletivamente, numa sinergia produtiva. (PELBART, 2000, p.32)

¹¹ Por parte dos observados, as câmeras [de vigilância urbana] são incorporadas a uma arquitetura da regularidade e usualmente tendem a ser quase esquecidas à medida que a sua presença e sua retórica dissuasiva são assimiladas e naturalizadas, mantendo-se na margem do foco de atenção da massa dos corpos vigiados, só ocupando a frente da cena quando está em jogo uma ruptura mais ou menos intensa da regularidade corrente. (BRUNO, 2013, p. 95)

¹² BRUNO, 2013, p. 126

¹³ BURNS, 2007 *apud* BRUNO, 2013, p. 126



Temos destrinchados, portanto, dois dos três elementos pelos quais Fernanda Bruno identifica a legitimação da vigilância na cidade: eficácia e visibilidade. Resta a segurança. Esta estará sempre baseada no mecanismo do risco. Sibilia (2003, p.172) nos ajuda com este raciocínio: “[na sociedade contemporânea] a palavra risco adquire um valor supremo, e como tal é explorada no mercado: administração dos riscos (à saúde, à vida, à juventude) aparece como um novo mecanismo de controle ligado ao biopoder”. Isto posto, passemos à análise dos programas da prefeitura de São Paulo.

4- Lógicas circulares de controle e vigilância – Eficácia, visibilidade e segurança pública em São Paulo

Dois programas de vigilância foram implementados na cidade em 2017: City Câmeras¹⁴ e Guardiões da Cidade¹⁵. O primeiro, cujo slogan é “segurança inteligente” pretende instalar 10.000 câmeras na cidade, cujo monitoramento será responsabilidade da GCM (Guarda Civil Metropolitana). O segundo já conta com a adesão de 70.000¹⁶ pessoas, é uma parceria da administração pública com entidades de segurança privada¹⁷ e taxistas. Seu objetivo é denunciar “atos de vandalismo e pichações”¹⁸. Vejamos como estes programas se inserem nas lógicas abordadas neste artigo.

Em primeiro lugar, a lógica empresarial. Podemos notá-la desde o primeiro momento nos dois programas, que dependem na sua integralidade do apoio privado. No caso do City Câmeras, toda a estrutura será privada, desde a câmera até o sistema de visualização e armazenamento. A compra e contratação serão responsabilidade exclusiva do ‘parceiro’¹⁹. O programa dependerá da adesão de comerciantes e condomínios para somarem às 150²⁰ câmeras públicas preexistentes e atingir as 10.000

¹⁴ <https://www.citycameras.prefeitura.sp.gov.br/>

¹⁵ http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/seguranca_urbana/noticias/?p=238512#

¹⁶ <https://goo.gl/aqAvaF>

¹⁷ <http://www.abseg.org.br/acontece/abseg-prestigia-o-lancamento-do-programa-guardioes-da-cidade/>

¹⁸ Vide nota 15

¹⁹ “O Projeto City Câmeras é um programa público, de iniciativa exclusiva da Prefeitura Municipal de São Paulo, que visa constituir uma ampla rede de vídeo monitoramento por meio de câmeras públicas e privadas instaladas pela cidade, cujas imagens estão concentradas em uma plataforma única concedida por particular ao Poder Público, a título de doação” <https://www.citycameras.prefeitura.sp.gov.br/>

²⁰ <http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,doria-quer-imagens-de-10-mil-cameras-publicas-e-privadas-para-melhorar-seguranca-de-sp,70001711248>



COMUNICON2018
congresso internacional
comunicação e consumo

6º SIMPÓSIO INTERNACIONAL
7º ENCONTRO DE GTS DE PÓS-GRADUAÇÃO
3º ENCONTRO DE GTS DE GRADUAÇÃO

almejadas. Assim, a abrangência do programa e sua implementação não serão estratégicas por definição, mas responderão ao acaso da demanda: apenas onde houver um comerciante preocupado com sua segurança haverá uma câmera conectada. Logo, toda a inteligência da política pública está confiada à iniciativa privada²¹.

O programa “Guardiões da Cidade” coloca duas lógicas no protagonismo: a da reprivatização e a da vigilância lateral, posto que cabem a agentes privados monitorar o vandalismo e realizarem eles mesmos as denúncias, sempre em relação a crimes contra o patrimônio (crimes contra a pessoa não constam em nenhum material de divulgação do programa, que não passa de uma extensão do programa de zeladoria ‘Cidade Linda’). Note-se, ainda, que para o funcionamento dos programas é necessário tanto um modelo de convocação, baseado no chamamento da cidadania de vigilantes, taxistas e proprietários de câmeras quanto uma subjetividade participante, modulada no regime de visibilidade específico da vigilância. Indo mais além, considerando que a estrutura municipal utilizada para denúncias é o telefone 153²² da guarda civil, disponível para toda a população, podemos até caracterizar o “Guardiões da Cidade” como um programa exclusivamente modulatório. Trata-se somente de convocar à vigilância e à denúncia, oferecendo ao voluntário a alcunha distintiva de ‘guardião’, um ‘estilo de vida’, uma identidade ‘cidadã’, relacionada aos circuitos de prazer que a aplicação da lei e da ordem podem proporcionar.

Os dois programas operam também com a modulação da responsabilidade (“O principal diferencial do programa é a participação da população”²³) e do risco. Enquanto não realizam nenhuma consideração à privacidade e/ou proteção de dados pessoais em seus materiais de divulgação, apoiam-se na prevenção como princípio norteador da implantação da vigilância e na eficiência do modelo em rede como necessária para a diminuição da violência, como indica o site do City Câmeras: “O programa

²¹“Doria afirmou que o City Câmeras não terá investimento municipal, apenas privado” (<http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,doria-quer-imagens-de-10-mil-cameras-publicas-e-privadas-para-melhorar-seguranca-de-sp,70001711248>)

²² “Telefone 153 - Na CETEL também está localizado o sistema 153 da Guarda Civil Metropolitana. Um canal direto com a população que pode solicitar informações, fazer reclamações e sugestões sobre os serviços públicos de São Paulo.” (<https://goo.gl/KH5nvq>)

²³ Vide nota 14



será uma importante ferramenta do poder público para detectar, prevenir e reagir a situações de emergência, ocorrências e manutenção do espaço público”²⁴.

A solução da videovigilância a partir do princípio do risco, como já nos adianta Bruno (2013, p. 41), segue a lógica segundo a qual toda falha ou incapacidade do sistema é motivo para ampliá-lo ainda mais: “O erro jamais coloca em questão os princípios que lhes são próprios, mas um déficit de conhecimento, de logística ou de tecnologia que deve ser sanado aprimorando e reforçando o próprio modelo”²⁵. No caso da cidade de São Paulo, mais evidente ainda a lógica, considerando já haver demonstrações empíricas de que a videovigilância não diminui a violência²⁶. Ambas as lógicas são cíclicas porque o risco “está sempre potencialmente presente e tem a sua efetivação atrelada a decisões humanas, há supostamente sempre algo a ser feito para evitá-lo” (*ibid*, p. 43). A responsabilidade será sempre do cidadão, ele estará sempre em dívida com o futuro, projetado a partir de meros indícios, em um cenário no qual a sua não-participação poderá ser vista como agravante óbvio da condição violenta da cidade.

Considerações finais

Neste artigo, pudemos dar início a uma análise dos programas de vigilância da prefeitura de São Paulo e posicioná-los nas lógicas neoliberais de consumo, modulação de subjetividades e vigilância. Notamos também que as iniciativas não são capazes de apresentar sobre elas nenhuma inovação, quer no sentido de ampliação das lógicas, quer no sentido contrário. Aparecem como um exemplo prático das justificativas de eficácia, segurança e visibilidade derivadas da passagem da sociedade disciplinar para a de controle. Pudemos expor de que maneiras os programas reproduzem as lógicas identificadas desde Deleuze (1992) até Bruno (2013), em especial como se apoiam nos regimes de visibilidade contemporâneos, na responsabilização individual e na projeção cíclica do risco. Cabe frisar que, como em toda relação social, caberão formas de resistência e enfrentamento e que as subjetividades não estão

²⁴ Idem

²⁵ Sobre isso, é ilustrativa a matéria do portal G1, sobre falhas no programa: “Sem as câmeras fica impossível para os lojistas identificar as gangues de ladrões que agem livremente” (<https://goo.gl/c8g9xr>)

²⁶ <http://idgnow.com.br/seguranca/2007/09/21/idgnoticia.2007-09-21.3410582264/>



COMUNICON2018
congresso internacional
comunicação e consumo

6º SIMPÓSIO INTERNACIONAL
7º ENCONTRO DE GTS DE PÓS-GRADUAÇÃO
3º ENCONTRO DE GTS DE GRADUAÇÃO

sendo trabalhadas passivamente, que, portanto, sua participação ativa é parte do modelo e pode subvertê-lo.

Referências

ABSEG. **Abseg Prestigia o lançamento do programa Guardiões da cidade.** Disponível em <http://www.abseg.org.br/acontece/abseg-prestigia-o-lancamento-do-programa-guardioes-da-cidade/>. Acessado em 15/01/2018.

BRUNO, F. **Máquinas de ver, modos de ser:** vigilância, tecnologia e subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2013.

CÂMERAS de vigilância não reduzem crime em Londres, dizem políticos. IDGNow. Paris, 21/09/2007. Disponível em <http://idgnow.com.br/seguranca/2007/09/21/idgnoticia.2007-09-21.3410582264/> Acessado em 17/01/2018.

DELEUZE, G. **Postscript on the Societies of Control** October Vol. 59 (Winter, 1992), pp. 3-7 The MIT Press Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/778828>.

DUFOUR, D. R. **A arte de reduzir as cabeças:** sobre a nova servidão na sociedade ultraliberal. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2005.

FERRAZ, A. **Doria quer integrar imagens de 10 mil câmeras públicas e privadas.** Estado de São Paulo, São Paulo, 23/03/2017. Disponível em <<http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,doria-quer-imagens-de-10-mil-cameras-publicas-e-privadas-para-melhorar-seguranca-de-sp,70001711248>>. Acessado em 15/01/2018.

FREIRE FILHO, J. **Mídia, consumo cultural e estilo de vida na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: Revista ECO-PÓS, v. 6, nº1, p. 72-97, jan./jul. 2003.

GASPAR, A. **Câmeras de programa de monitoramento de Doria não funcionam no Brás, reclamam lojistas.** Portal G1, Rio de Janeiro, 14/12/2017. Disponível em <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/cameras-de-programa-de-monitoramento-de-doria-nao-funcionam-no-bras-reclamam-lojistas.ghtml>>. Acessado em 16/01/2018.

PELBART, P. P. **A vertigem por um fio** São Paulo. Iluminuras 2000.

PRADO, J. L. A. **Convocações biopolíticas dos dispositivos comunicacionais.** São Paulo: EDUC - Edição do Kindle, 2013.

_____. (2012) **Política da imagem na era da convocação.** Significação: Revista de Cultura Audiovisual, v. 39, p. 167-187.

SÃO PAULO (Cidade). **City Câmeras São Paulo.** Disponível em <<https://www.citycameras.prefeitura.sp.gov.br/>>. Acessado em 15/01/2018.



COMUNICON2018
congresso internacional
comunicação e consumo

6º SIMPÓSIO INTERNACIONAL
7º ENCONTRO DE GTS DE PÓS-GRADUAÇÃO
3º ENCONTRO DE GTS DE GRADUAÇÃO

_____. Secretaria de segurança urbana. **Guardiões da Cidade**. Disponível em <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/seguranca_urbana/noticias/?p=238512#>. Acessado em 15/01/2018.

_____. Central de comunicações da guarda civil metropolitana de são Paulo. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/seguranca_urbana/guarda_civil/video_protecao/cetel/index.php?p=10920>. Acessado em 16/01/2018.

_____. Secretaria especial de comunicação. **Prefeitura de SP apresenta balanço dos 100 primeiros dias de gestão**. 10/04/2017. Disponível em: <<http://www.capital.sp.gov.br/noticia/prefeitura-de-sp-apresenta-balanco-dos-100-primeiros-dias-de-gestao>>. Acessado em 15/01/2018.

ROLNIK, S. (1997). **Toxicômanos de identidade**: subjetividade em tempo de globalização. In: LINS, Daniel (Org.). Cultura e subjetividade: saberes nômades. Campinas: Papyrus, pp. 19-24.

SIBILIA, P. **O homem pós-orgânico**: Corpo, subjetividade e tecnologias digitais. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.